

Revogada pela Resolução nº.7, de 08 de outubro de 2020

~~RESOLUÇÃO Nº 09, de 23 de novembro de 1983.~~

~~O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA tendo em vista as linhas gerais de Política Criminal e Penitenciária, estabelecidas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça Dr. IBRAHIM ABI ACKEL, e;~~

~~CONSIDERANDO as sugestões e discussões sobre o assunto na reunião plenária do CNPP data, delibera aprovar o PLANO DE ATIVIDADES DO CNPP para o exercício de 1984, para cumprir os seguinte objetivos:~~

~~I- OBJETIVOS ESPECÍFICOS~~

- ~~a) Colaborar na forma regimental com o Exmº Senhor Ministro da Justiça na tramitação dos Projetos de reforma das leis penais, em tudo o que vise a compatibilização global da política penitenciária;~~
- ~~b) Encaminhar ao Exmº Senhor Ministro da Justiça, a análise do CNPP sobre as Leis Orgânicas da Magistratura, do Ministério Público e dos Anteprojetos de Lei da Política Civil e Militar, relativamente à adequação de tais diplomas com as diretrizes da Política Penitenciária Nacional;~~
- ~~c) Recomendar ao DEPEN a elaboração de Anteprojetos complementares ou regulamentares necessários à eficácia dos dispositivos não auto-aplicáveis, do Projeto de Lei de Execução Penal (Mensagem nº 242/83);~~
- ~~d) Recomendar a desafetação de estabelecimentos prisionais condenados pelas inspeções do DEPEN;~~
- ~~e) Implantar a Escola Penitenciária Nacional;~~
- ~~f) Propor a compatibilização do programa de curso das Instituições de ensino que~~

~~tratem de Política Penitenciária, tais como Universidades, Escolas Penitenciárias, Judiciais, Policiais e outras com os critérios reitores da Política Penitenciária Nacional, e incentivar a elaboração de convênios, projetos de pesquisa e ensino, e a criação de institutos de criminologia;~~

~~g) Promover a articulação das atividades do CNPP e do DEPEN com os governos estaduais e com as instituições regionais que cuidem da política penitenciária, com ênfase nos seguintes objetivos:~~

~~■ Implantação de órgão central da administração penitenciária nos Estados, onde não houver, qualquer que seja a sua natureza jurídica, bem como centros de observação, de classificação, equipe interdisciplinar, serviços de semiliberdade e pós-penal e infra-estrutura material e técnica com a eventual ajuda da União;~~

~~■ melhoria do pessoal qualificado de todo sistema penal, com formação especializada e estatuto próprio;~~

~~■ urgente instalação ou incentivo de assistência jurídica nas instituições prisionais;~~

~~h) Opinar sobre a Programação de recursos do FAZ na construção de estabelecimentos para o menor infrator e o jovem adulto, profissionalização do preso, equipamento de oficinas profissionalizantes, execução de projetos industriais e agrícolas, e implantação da infra-estrutura material e técnica dos serviços de semiliberdade e pós-cura;~~

~~i) Encaminhar ao Conselho de Defesa dos Direitos Humanos as comunicações de violações aos direitos da pessoa do preso averiguadas nas inspeções ou visitas aos estabelecimentos prisionais;~~

- j) ~~Encaminhar ao Exmº Senhor Ministro da Justiça as conclusões do plenário do CNPP sobre os relatórios de inspeção do DEPEN;~~
- k) ~~Adequar no País as normas de legislação positiva da ONU, desenvolvendo a cooperação internacional no campo penitenciário, realçando as recomendações dos congressos internacionais, notadamente as resoluções nºs. 08 e 10 do VI Congresso, ajustando-as à atual política penitenciária nacional e às inovações do Projeto de Lei de Execução Penal;~~
- l) ~~Implementar o Programa Nacional de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos Penitenciários, nos termos da proposta aprovada em ata de 15 de dezembro de 1980;~~
- m) ~~Desenvolver a formação especializada do pessoal do sistema penal, do pesquisador e do planejador;~~
- n) ~~Recomendar a formação especializada, com destaque na criminologia, para os membros da equipe interdisciplinar de inspeção, observação e tratamento;~~
- o) ~~Promover a criação do Museu Penitenciário e de bibliotecas especializadas;~~
- p) ~~Instituir o “Prêmio SERRANO NEVES” para temas de política criminal e de execução penal, como homenagem ao saudoso Conselheiro que com dedicação, entusiasmo e competência integrou este Conselho;~~
- q) ~~Publicar a Revista do CNPP e do DEPEN;~~

~~II - OBJETIVOS GERAIS~~

- a) ~~Proceder a estudos sobre as muitas prioritárias da Política Penitenciária Nacional, com ênfase na política tutelar do Menor Infrator, para a sua inserção nos Planos Nacionais de Desenvolvimento;~~
- b) ~~Sensibilizar a comunidade para a participação na política Penitenciária, como co-responsável pelo problema da criminalidade e por suas soluções;~~
- c) ~~realizar o IIº Congresso Brasileiro de Política Criminal e Penitenciária, dando ênfase à criminologia Penitenciária;~~
- d) ~~Determinar a atualização das Recomendações Básicas do Ministério da Justiça, com sua adequação à atual política penitenciária nacional e às inovações do Projeto da Lei de Execução Penal;~~
- e) ~~Realizar reuniões periódicas com os dirigentes do Serviço penitenciário;~~

~~O CNPP designará Grupos de Trabalho para alcançar os objetivos propostos no presente plano.~~

PIO SOARES CANEDO

~~Presidente C.N.P.P.~~

Publicada no DOU de 03/02/84.